**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UNIRV) CAMPUS CAIAPÔNIA FACULDADE
DE DIREITO**

ANA PAULA NUNES BATISTA DE JESUS

**SEGURO PARA RISCOS AMBIENTAIS COMO MECANISMO
AUXILIAR À REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS**

CAIAPÔNIA-GO

2020

ANA PAULA NUNES BATISTA DE JESUS

**SEGURO PARA RISCOS AMBIENTAIS COMO MECANISMO AUXILIAR À
REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do
Curso de Direito, da Universidade de Rio Verde
(UniRV) como exigência parcial para obtenção do
título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Esp. Wmarley Goulart Silva

CAIAPÔNIA- GO

2020

Ficha Catalográfica

--

Bibliotecária responsável:

ANA PAULA NUNES BATISTA DE JESUS

**SEGURO PARA RISCOS AMBIENTAIS COMO MECANISMO AUXILIAR À
REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do curso de Direito da Universidade de Rio Verde (UNIRV) como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Caiapônia, Goiás, 18 de novembro de 2020

BANCA EXAMINADORA

.....
Prof. Esp. Wmarley Goulart Silva (orientador)
Universidade de Rio Verde (UNIRV)

.....
Prof. Esp. Fulano de tal (membro 1)
Universidade de Rio Verde (UNIRV)

.....
Prof. Esp. Fulano de tal (membro 2)
Universidade de Rio Verde (UNIRV)

Dedico o presente trabalho em memória do meu avô Edson Jerônimo, que foi o primeiro a me incentivar a lutar por todos os meus objetivos e acreditar sempre na minha capacidade e potencial, sei que onde estiver estará orgulhoso da pessoa que me tornei.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me proporcionado a oportunidade de realizar mais um passo nessa longa jornada, sabendo que é a base para concretizar meus objetivos, aos meus pais, que sempre acreditaram em mim, ao meu esposo que sempre me incentivou e nunca me deixou desistir dos meus sonhos por mais distantes que estivessem, ao meu sogro e sogra que sempre me apoiaram e estiveram presentes no decorrer dessa caminhada, as amigas que pude conhecer durante o curso e levarei por toda a vida.

Agradeço a Universidade de Rio Verde Campus Caiapônia, que me proporcionou uma grande amplitude de conhecimento, estendendo também ao corpo docente do curso de Direito, em especial ao professor Wmarley Goulart Silva, meu orientador, que sempre me ajudou, incentivou e contribuiu para a construção desse trabalho e ao professor Santiago Soares que sempre esteve disponível para sanar minhas dúvidas com grande dedicação, aos colegas acadêmicos que sempre me apoiaram nas mais diversas situações.

Por fim, agradeço pelas adversidades no decorrer dessa fase da minha vida, compreendi que por mais difícil que seja, ou por mais longe que estejam meus sonhos e objetivos, desistir não é uma opção para mim, seguirei com esse pensamento, sabendo que um dia, não muito distante conseguirei tudo o que almejo, com humildade para reconhecer meus erros e sabedoria para corrigi-los, mas acima de tudo com fé em Deus, colocando-o sempre à frente de qualquer projeto em minha vida.

*“A injustiça num lugar qualquer é uma
ameaça à justiça em todo o lugar.”*

Martin Luther king

RESUMO

É cada vez mais nítida a necessidade de preservação ambiental diante da exploração do meio ambiente para o desenvolvimento das atividades econômicas, por menor que sejam, agridem e modificam a natureza. Neste sentido, a preservação e recuperação ambiental encontra-se amparada pela Constituição Federal, possuindo também legislação específica. O objetivo da presente pesquisa é abordar questões relacionadas à utilização do seguro ambiental como um mecanismo que contribui para a amenização dos danos ambientais ocasionados pelas atividades econômicas, através de reparação realizada por este meio. Para a obtenção de informações acerca do tema, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, utilizando o método dedutivo, para uma maior amplitude de conhecimento. O estudo demonstra que a utilização de mecanismos que viabilizam a reparação de dano ambiental contribui significativamente para a prevenção de possíveis danos e sua posterior reparação, sendo muitas vantagens no seguro para riscos ambientais como um dos mecanismos auxiliares à reparação de dano ambiental, por seus benefícios econômicos e eficaz na preservação ambiental.

Palavras-chave: seguro ambiental, auxiliar, reparação, vantagens.

ABSTRACT

It is increasingly clear the need for environmental preservation in the face of the exploration of the environment for the development of economic activities, however small they may be, they attack and modify nature. In this sense, environmental preservation and recovery is supported by the Federal Constitution, and also has specific legislation. The aim of this research is to address issues related to the use of environmental insurance as a mechanism that contributes to the mitigation of environmental damage caused by economic activities, through repairs carried out by this means. To obtain information about the theme, a qualitative research was carried out, using the deductive method, for a greater range of knowledge. The study demonstrates that the use of mechanisms that make it possible to repair environmental damage contributes significantly to the prevention of possible damage and its subsequent repair, with many advantages in insurance for environmental risks as one of the auxiliary mechanisms for the repair of environmental damage, due to its benefits. economical and effective in environmental preservation.

Keywords: environmental insurance, auxiliary, repair, advantages.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 REVISÃO DE LITERATURA.....	12
1.1 HISTÓRICO DA ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS SEGUROS.....	12
1.2 ASPECTOS GERAIS.....	14
2 LEI DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	16
3 SEGURO CONTRA RISCOS AMBIENTAIS.....	18
3.1 VANTAGENS DO SEGURO PARA RISCO AMBIENTAL.....	20
3.2 AS DIFICULDADES ACERCA DOS SEGUROS PARA RISCOS AMBIENTAIS.....	21
4 OBJETIVOS.....	24
4.1 OBJETIVO GERAL.....	24
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	24
5 METODOLOGIA.....	25
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	26
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	30

INTRODUÇÃO

A reparação de danos é tutelada pela Constituição Federal, portanto o devido respeito pelo teor de sua importância, partindo da premissa de que essa reparação é ampla, no campo ambiental esta também é aplicável, nesse sentido, a presente pesquisa teve como intuito a análise da importância de seguro para riscos ambientais como mecanismo auxiliar à reparação de danos ambientais.

A Constituição Federal e a Política Nacional do Meio Ambiente trazem em suas redações previsões destinadas à recuperação de áreas degradadas pela ação constante do ser humano. É correto afirmar que, qualquer intervenção do homem na natureza ocasionará por menor que seja impacto ao meio ambiente. Nesse sentido, quais as vantagens do seguro ambiental na reparação de danos ambientais?

Dessa forma levantou-se as seguintes hipóteses: I) Com a utilização de seguros para riscos ambientais a compensação do dano é garantida; II) Seguros visam a preservação do patrimônio do segurado e objetiva que a responsabilidade civil relacionadas às consequências provenientes de suas ações nocivas ao meio ambiente ou a terceiros possam ser devidamente reparadas; III) Com a apólice de seguro para riscos ambientais, o segurado possuirá a capacidade de honrar com a indenização caso este cause algum dano, sem que isso o prejudique financeiramente.

O referido tema é de suma importância devido o fato de que é um assunto que é tratado pela Constituição Federal, que nesse caso, é bem específica quanto à proteção ao meio ambiente, para que este venha ser ecologicamente equilibrado, com o intuito de sua utilização oferecer um respaldo para o indivíduo que dele retira seu sustento, e que para tanto, não o agrida de forma a prejudicar sua renovação.

O assunto abordado visa expor que a proteção ambiental é uma preocupação do Poder Público, possuindo iniciativas que os competem, e que para uma total efetividade de suas ações é necessário que a sociedade se torne consciente e se certifique de que a preservação e recuperação ambiental começam também a partir de cada indivíduo e se arrasta para a coletividade.

A percepção de que os bens ambientais são indispensáveis para o ser humano, de fato, se apresenta com a criação de leis que os protegem, visando garantir que estes não se percam apesar de inúmeras ações humanas, instituindo às condutas lesivas, sanções que ocasionam uma

diminuição na agressão ambiental e priorizam a reparação de ações que mesmo sendo necessárias para o desenvolvimento, prejudiquem direta ou indiretamente as fontes ambientais.

Quando se fala em reparação de dano ambiental, verifica-se a importância da apólice de seguro para riscos ambientais, sendo um mecanismo que funciona como uma forma de o segurado se responsabilizar por eventuais danos ocasionados com ou sem sua intenção ao meio ambiente, ou a terceiros, sem que seu patrimônio venha a ser lesionado por essa indenização.

De fato, o seguro ambiental desempenha papéis fundamentais no que se refere à constituição econômica de uma empresa, no sentido de favorecer seu desenvolvimento e aparência diante do seu cliente, além de contribuir de maneira significativa como um instrumento de reparação ambiental, o que possibilita uma preservação melhor do patrimônio natural, garantindo assim o melhor e mais seguro aproveitamento.

A referida pesquisa realizou-se da seguinte maneira: inicialmente foi feito uma abordagem da origem histórica do seguro, sua evolução, bem como o conceito de seguro de modo geral, em seguida, apresenta os aspectos do seguro no âmbito ambiental, e por fim as vantagens e dificuldades do seguro para risco ambiental no Brasil.

1 REVISÃO DE LITERATURA

1.1 HISTÓRICO DA ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS SEGUROS

Para obter uma maior compreensão de um determinado assunto é essencial que se analise o seu contexto histórico para que se perceba a evolução ou até mesmo o seu declínio no decorrer do desenvolvimento da sociedade, o seguro como sendo um tema de suma importância é imprescindível acompanhar as suas etapas e a sua aplicabilidade nas mais diversas áreas para que se tenha uma abordagem completa acerca do tema e se verifique a sua real importância na prática.

Souza (2001), enfatiza que o homem antes mesmo de ter a concepção de que acumularia bens, ele já era dotado por instinto preservar aquilo que garantia a sua sobrevivência, dessa forma, eles se agrupavam para que pudessem se defender com maior êxito, e se estabeleciam em regiões que lhes propiciam uma maior segurança, além de condições para sobreviverem.

De acordo com o autor supracitado, nessa época havia muitos riscos ao se deslocarem em longas viagens pelo deserto do oriente, por isso o fato de se agruparem amenizaria os prejuízos que pudessem vir a ocorrer, citando alguns exemplos

[...] os comerciantes da Babilônia no século XIII, preocupados com o risco de perda dos camelos na travessia do deserto em direção aos mercados das regiões vizinhas, formavam acordos nos quais: quem perdesse um camelo, na travessia pelo deserto, por desaparecimento ou morte, receberia outro, pago pelos demais criadores. Também na Babilônia, por volta de 1800 A.C. surgia o Código de Hamurabi, prevendo que os navegadores deveriam se associar para ressarcir aquele que perdesse o seu navio em alguma tempestade (SOUZA, 2001, p.04).

Segundo essa linha de pensamento, é perceptível que esse tipo de ressarcimento era uma forma de esses indivíduos se resguardar de eventuais prejuízos tanto em embarcações quanto em terra, pois havia grandes riscos na travessia pelo deserto. Nas palavras do autor:

Segundo relatos históricos, em 1347, na cidade italiana de Gênova, formalizou-se o primeiro contrato marítimo com emissão de apólice (polliza, que em italiano significa promessa). No século XVII surge na França os primeiros contratos de seguros de vida, [...]. (ARRUDA, 2008, p.2).

Arruda (2017) sustenta que, segundo o que registra a história, o seguro surgiu no Brasil em 1808, após a abertura dos portos para as nações estrangeiras, este contrato foi realizado com a finalidade de assegurar as embarcações marítimas, a primeira seguradora do país foi a

Companhia de Seguros Boa-Fé, localizada na Bahia, ainda ressalta que, neste período, os seguros que existiam eram regulados pelas leis portuguesas.

Afirma Teixeira (2016) que, em 1850 foi criado o Código Comercial Brasileiro, que foi de suma importância para desenvolver o seguro no Brasil e em 1916 ocorreu um avanço de ordem jurídica no campo do contrato do seguro, foi promulgado o Código Civil Brasileiro, que abordou os princípios essenciais do contrato de seguros, contribuíram de maneira a evitar e suprimir os conflitos entre os interessados, pois neles continham de maneira expressa os direitos e obrigações das partes.

1.2 ASPECTOS GERAIS

A reparação de dano está prevista na Constituição Federal em seu art. 5º, incisos V e X, que dispõe que a indenização por danos deve ser feita independente da natureza do dano causado podendo ser moral, material e até mesmo à imagem. Nesse sentido, a criação de um contrato que proporciona uma segurança no momento de qualquer dessas reparações se faz necessário, o contrato de seguro objetiva essa garantia de reparação.

O Seguro, é o contrato pelo qual há uma proteção referente a riscos de eventuais acidentes que possam ocasionar perdas financeiras inesperadas, esse tipo de contrato pode ser realizado entre duas ou mais partes, nesse caso, uma cumprirá o papel de segurador, ou seja, assumirá a obrigação de indenizar a outra e a outra será o segurado, que é o que receberá a proteção em caso de acontecer algo que ocasione algum tipo de dano, um sinistro, que possa vir a ocorrer até mesmo sem intenção do autor.

De um modo geral, o contrato de seguro transfere para terceiro (seguradora) a responsabilidade que, nos termos da lei ou do contrato, incide sobre a pessoa segurada, relacionada com os danos causados a terceiros, aí incluída toda a coletividade quando se fala de proteção ambiental. (SILVA, 2012, p. 311).

O contrato de seguro é denominado como apólice de seguro, por essa apólice o segurado paga um valor determinado ao segurador para que se firme a indenização em caso de ocorrência de sinistro, esse valor chama-se prêmio do seguro, é ele quem concede o direito de o segurado exigir a indenização pelo dano que sofreu.

O Código Civil Brasileiro prevê em seu Capítulo XV as disposições gerais sobre seguros, onde prevê a obrigação que o segurador possui em relação ao segurado, garantindo assim, uma maior segurança. A obrigação não é apenas para o segurador, o segurado também

tem deveres, o pagamento do prêmio deverá estar corretamente pago, sob pena de perder seus direitos de ser indenizado, de acordo com o art. 763, do Código Civil, não terá direito a indenização o segurado que estiver em mora no pagamento do prêmio, se ocorrer o sinistro antes de sua purgação.

Para que se configure segurador, no contrato de seguro, nos termos do parágrafo único do art. 757 do Código do Civil, a parte deverá ser uma entidade legalmente autorizada, essa previsão garante uma transparência na organização contratual, onde tem como objetivo evitar fraudes e falsificação de seguros. Nesse sentido, esclarece o art. 768, que o segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco do objeto em contrato.

Tais previsões elencadas asseguram tanto a parte seguradora quanto o segurado, para que ambas desenvolvam tanto suas obrigações quanto o respeito aos seus direitos adquiridos após a realização do contrato de seguro, tendo como características principais a bilateralidade, onerosidade, boa-fé, consensualidade e aleatório. O seguro se classifica em duas categorias: seguro de dano e de pessoa.

No seguro de dano o objeto segurado é de natureza patrimonial, a título de exemplo uma casa, sendo um bem determinado ou de uma obrigação gerada por um evento futuro por parte do segurado, denominada de sinistro. Este é um seguro de responsabilidade civil, onde de acordo com o art. 787, do Código Civil, o segurador garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo segurado a terceiro.

Já no seguro de pessoa, onde o segurado poderá escolher as pessoas que serão beneficiárias do seguro em caso de morte e caso precise fazer alguma alteração, é permitido. De acordo com o art. 792, do Código Civil, quando o segurado não nomeia beneficiários, a indenização do seguro é dividida entre o cônjuge que não for separado legalmente e a outra metade será destinada a herdeiros de acordo com a ordem de sucessão legal.

Há uma grande importância antes do indivíduo assinar o contrato de adesão de seguros, conferir as cláusulas nele descritas, verificar a nitidez no esclarecimento por elas transmitidas, para que não haja nenhum equívoco sobre a garantia de segurança do objeto segurado.

De maneira geral, o seguro tem como objetivo, garantir a seguridade de algo em eventuais ocasiões danosas, existem inúmeros tipos de contratos de seguro, tendo em comum proteger algum tipo de bem, havendo sempre o cuidado de estabelecer com precisão até que ponto ocorrerá essa proteção, para a ocorrência devida da cobertura estipulada sem que haja uma situação inconveniente no momento do ato de execução contratual do seguro adquirido.

2 LEI DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

A Lei nº6938/81 estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), cujo objetivo é a preservação e recuperação da qualidade ambiental no sentido de recuperar áreas que foram degradadas e proteger ecossistemas, previsão do art. 2º da referida lei.

Em boa hora, pois foi implantada, no Brasil, seguindo exemplo dos países mais desenvolvidos, uma Política Ambiental, em nível Nacional, o que ocorreu há mais de duas décadas, mais precisamente em 1981, que visa compatibilizar o desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. (LANFREDI, 2007, p.19).

O art. 3º, IV, entende por poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental. Compreende a Jurisprudência abaixo, do Superior Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA AMBIENTAL. ART. 2º DA LINDB. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. DECRETO ESTADUAL 8.468/76 E LEI ESTADUAL 997/76. QUEIMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS. EXPRESSÃO "RESÍDUOS" ABRANGE A PALHA DA CANA-DE-AÇÚCAR. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.

1. O Tribunal de origem não se pronunciou sobre a matéria versada no art. 2º da Lei de Introdução à Normas de Direito Brasileiro, tampouco foram opostos embargos de declaração, no ponto, para suprir eventual omissão, incidindo o óbice previsto na Súmula 282/STF.

2. O exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação local, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF. Precedentes: AgRg no AREsp 622.639/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 6/4/2015 e AgRg no REsp 1.298.919/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 18/3/2014).

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 707141 / SP, Relator Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 30/06/2015).

Nesse sentido, aquele que, exercer sua atividade econômica e causar algum dano ambiental, deverá repará-lo de acordo com o nível do feito, podendo estas indenizações se estender a terceiro que foi prejudicado com tal atividade.

A Política Nacional do Meio Ambiente é uma norma imprescindível para atender às necessidades ambientais e a aplicabilidade correta dos mecanismos para a proteção do meio ambiente como um todo, é de fato, uma maneira de organização e controle dos recursos

ambientais, onde determina o modo correto de aproveitamento econômico ambiental, de modo que, estas ações não sejam realizadas de forma equivocada causando graves consequências ambientais, individuais e coletivas.

É notável que em todas as áreas de sua vida o homem precisa de normas que pautem a sua conduta, e devido o papel que o meio ambiente desempenha em nível mundial, este de forma alguma poderia ficar sem uma política de segurança específica, para que obtenha um maior êxito na definição do que seria de fato, a obrigação daquele que utiliza de seus recursos.

Afirma Lanfredi (2007) que:

A Política Nacional do Meio Ambiente, fundamentada na Lei 6938/81, foi responsável, no Brasil, por profundo processo de renovação, produziu mudanças políticas, inovações tecnológicas e mobilização social, que atingiram toda a sociedade, levando a um processo participativo e a uma nova consciência ecológica. (LANFREDI, 2007, p.19).

Estabelecendo critérios e normas para a utilização de recursos extraídos do meio ambiente, a Lei 6938/81, estipula padrões procedimentais que garantam uma maior proteção ambiental. Afirma (LANFREDI, 2007, p.13) que “ A proteção ao meio ambiente se torna um dos pilares na edificação de uma nova ordem internacional e constitucional. Crescem ideias e ações, pois os riscos ambientais justificam a nossa indisfarçável preocupação”.

Diante da obrigação de reparar o dano, o indivíduo ao exercer sua atividade, adota mecanismos auxiliares a reparação, para que em eventuais danos este possa cobrir as indenizações, e um desses instrumentos é o Seguro para Riscos Ambientais abordados a seguir.

3 SEGUROS CONTRA RISCOS AMBIENTAIS

A Constituição Federal em seu art. 225 ampara o meio ambiente no que se refere a reparação de dano proveniente de ações humanas, onde expressa o dever do Poder Público e do cidadão de modo geral, de zelar dos bens naturais, bens estes essenciais à vida. Enfatizando proteção explícitas aos bens de patrimônio nacional, tais como a Floresta Amazônica brasileira, entre outros.

Ao analisar o referido artigo constitucional, nota-se que, há uma abrangência das três penalidades: a administrativa, a civil e a de esfera penal, e com base em critérios minuciosamente analisados, há uma aplicabilidade de acordo com a extensão danosa provocada ao meio ambiente.

A proteção ao meio ambiente se manifesta de forma clara em seu parágrafo 3º que esclarece que, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Partindo da premissa de preservação e proteção ao meio ambiente e da utilização de matéria ambiental para suprir as necessidades básicas e econômicas dos indivíduos, foram desenvolvidos importantes mecanismos que ajudam a prevenir e reparar possíveis danos ao meio ambiente, o seguro para riscos ambientais é um deles.

Essa modalidade de seguro visa resguardar empresas e indústrias de eventuais prejuízos que as práticas de suas atividades econômicas possam causar ao meio ambiente ou terceiros.

O desenvolvimento do instituto jurídico do seguro parece, assim, estar vinculado à tendência de objetivação da responsabilidade, que há tempos marca a evolução do sistema jurídico de tutela do meio ambiente, revelando-se como instrumento complementar apto a enfrentar as contingências da sociedade contemporânea, caracterizada como uma verdadeira sociedade de risco. (SILVA, 2012, p. 299).

Esse tipo de seguro indeniza tanto por perdas e danos corporais quanto materiais ocasionados por poluição acidental e inesperada ou que ocorre de forma gradual, que se desenvolve ao longo dos anos, mas não exclui o causador do dano da responsabilidade de indenizar.

O Seguro para Riscos Ambientais é recente, porém esse mecanismo vem sendo cada vez mais utilizado, principalmente por grandes empresas, devido grande manejo de recursos ambientais e os riscos que suas atividades propiciam ao mesmo, além de causar prejuízo econômico, para a própria empresa, prejuízo esse que poderá levar essa a falência ou deixá-la economicamente frágil.

Silva (2012), afirma que:

No Brasil, o debate somente se iniciou com o advento da Lei 6938/81, já que antes não havia legislação ambiental que estimulasse a disponibilização de seguros em matéria ambiental. Assim, o mecanismo somente começou a ser cogitado com a imposição legal da responsabilidade objetiva por danos ambientais e da constatação de que os danos e acidentes de caráter ambiental passaram a ser mais frequentes e constantes. (SILVA, 2012, p. 300).

Empresas cada vez mais vem compreendendo a necessidade de adotarem o seguro ambiental e que este visa uma maior segurança tanto para o meio ambiente quanto na esfera econômica, pois o segurado tem um respaldo se caso ocorra algum dano no decorrer do desenvolvimento de suas ações.

A elaboração do contrato de seguro para riscos ambientais deve ser bem claro quanto suas particularidades, abordando em seu conteúdo as garantias que o indivíduo contratante detém em caso de causa de dano ambiental, sendo estas indispensáveis em uma apólice de seguro de modo geral, para que seja calculado o valor a ser pago pela apólice regularmente.

Tendo como objeto os casos de degradação ambiental (contaminação ou poluição do meio ambiente), o contrato de seguro deverá, visando a prevenção dos riscos e a reparação integral do dano, assegurar e garantir a responsabilidade do segurado, relativa a indenizações e compensações por atentados ao meio ambiente (poluição ou degradação ambiental) e consequentes danos patrimoniais, corporais e, ainda, morais, que tenham sido causados, involuntária e acidentalmente, à natureza e a terceiros, em decorrência de operações ou atividades do estabelecimento ou do agente assegurado causador da lesão. (SILVA, 2012, p. 298).

Quando há a necessidade do uso deste seguro, será analisado para tanto, o que está estipulado na apólice, os valores estimados ao realizar o contrato, os riscos que determinadas atividades poderiam propiciar ao meio ambiente, aqueles gerados no ato das ações ou ao longo do tempo. Para (SILVA 2012, p. 311) “O fato gerador da responsabilidade é o dano fortuito ou acidental, pelo qual a seguradora assume a reparação dos danos, até o limite do valor da apólice”. Não será disponibilizado um valor maior do que aquele pago na apólice.

No momento em que se firma um contrato de seguro deve ser considerado em primeiro plano os pontos positivos que este proporciona, pois nesse caso, o segurado é a parte mais frágil em se tratando de responsabilidade de danos causados ao meio ambiente. No que se refere a nível internacional, o país que mais se utiliza desse tipo de seguro são os Estados Unidos, e já no Brasil o enfoque é bem menor.

O fato de uma pessoa ou uma empresa estar exposta a riscos nos leva a imaginar que, se ocorrer um evento danoso, haverá perdas ou prejuízos. Os danos decorrentes do evento podem ser de natureza material, corporal, moral ou geradores de responsabilidades de reparação. Podem, ainda, implicar em perda de renda à pessoa física ou redução parcial ou total das atividades de uma pessoa jurídica (lucros cessantes). Portanto, tratar os riscos significa prevenir perdas ou reduzir as consequências financeiras quando elas ocorrem. (ARRUDA, 2017, p.18).

De acordo com as palavras do autor supracitado, ao adquirir um seguro de riscos ambientais, o empresário será bem visto no âmbito empresarial, ou seja, sua preocupação em exercer a sua atividade econômica e ao mesmo tempo ter os devidos cuidados com a preservação ambiental, expõe o seu lado empreendedor trazendo benefícios nesse sentido, além disso protege suas atividades econômicas de possíveis transtornos ocasionados de formas inesperadas, principalmente as que oferecem um maior risco.

3.1 VANTAGENS DO SEGURO PARA RISCO AMBIENTAL

Não há como prever com exatidão que, ao exercer sua atividade, o indivíduo não causará danos ao meio ambiente, por esse motivo o seguro ambiental é de fato, de suma importância em diversos aspectos e com vastas projeções positivas, principalmente para atividades que operam com materiais altamente inflamáveis como é o caso das grandes indústrias químicas e petroquímicas, que por si só já oferecem um risco. Silva (2012) afirma que:

Assim, a adoção desse mecanismo propicia simultaneamente, a garantia do pagamento de uma indenização dos danos às vítimas e a preservação do patrimônio do responsável, gerando um indiscutível benefício para todo o conjunto social, uma vez que garante a conservação dos níveis de produção e emprego, ao mesmo tempo que provê a reparação dos danos [...]. (SILVA, 2012, p. 301).

Em caso de ocorrência de danos, mesmo que de maneira acidental, surgirá a responsabilidade de indenizar para a empresa causadora do dano, além de possíveis penalidades como multa por exemplo. A junção da indenização e da multa causará um déficit muito alto no

patrimônio da empresa ocasionando a depender de sua estrutura financeira, entre outros fatores, a sua falência.

O seguro para riscos ambientais visa proteger o patrimônio do segurado em caso de sinistros e ainda garante que, será possível efetuar a indenização tanto pelos danos ambientais propriamente ditos, quanto pelo terceiro lesado, não havendo comprometimento no âmbito comercial, financeiro ou no desenvolvimento de suas atividades econômicas.

É possível mencionar também um aspecto positivo relacionado diretamente ao interesse do segurado, já que o seguro para riscos ambientais visa, sobretudo, evitar prejuízos ao patrimônio do segurado, permitindo que este esteja sempre apto a honrar com as possíveis consequências de sua responsabilidade civil, sem comprometer a atividade que desenvolve. (SILVA, 2012, p. 301)

Há que ressaltar também, os benefícios de se contratar o seguro para risco ambiental no desenvolvimento e reconhecimento comercial, aquela empresa que adota o seguro ambiental tem uma maior facilidade em conseguir empréstimos, principalmente no exterior, aquelas que demonstram se preocupar com a preservação ambiental, tem de certa forma, uma prioridade, isso ocorre pelo fato de estas empresas investidoras não querer seu nome vinculado a empresas que degradam o meio ambiente, causando uma má impressão.

Independente do ramo da empresa, se esta adquire o seguro ambiental, o seu próprio cliente começará a ter uma maior confiança no seu método de trabalho, e como consequência, indicará seu produto ou suas atividades, propiciando uma maior rentabilidade tanto econômica quanto no seu reconhecimento na esfera comercial.

Quando a empresa adquire uma apólice de seguro ambiental, caso ocorra um sinistro, se for aplicável alguma penalidade, será considerado o fato de que este obteve antes, as providências para que houvesse uma proteção ao meio ambiente, além de estar agindo em conformidade com a lei.

3.2 AS DIFICULDADES ACERCA DOS SEGUROS PARA RISCOS AMBIENTAIS

Ao aderir o seguro para riscos ambientais, é importante que se perceba que este é apenas um mecanismo que está apto a contribuir com uma reparação de dano, caso este ocorra, de forma auxiliar, não tem uma eficácia plena a depender da extensão do dano. A interferência de

diversos fatores como limitações e dificuldade em sua aplicabilidade influenciam significativamente. Silva (2012) afirma que:

[...], a questão do seguro para risco ambiental guarda também certas dificuldades e limitações na sua aplicabilidade prática, denotam que sua adoção isolada não é, realmente, a solução para todos os problemas de gestão de riscos ambientais, bem como para a efetividade da reparação integral dos danos ambientais. (SILVA, 2012, p. 305-306).

As apólices de seguro ambiental, em regra, asseguram a empresa de possíveis riscos de danos ambientais ou a terceiros, ao desenvolver sua atividade econômica, promovendo a devida indenização, na ocorrência de danos súbitos ou graduais, se manifestam de forma inesperada, acidental, de imediato ou após um período de tempo.

Quando se fala em danos graduais, são aqueles que se desenvolvem aos poucos, mas que é possível saber sua origem e o causador, sendo este capaz de ser indenizado. Mas há o caso de contaminação crônica, que tem como causa a introdução com frequência de substâncias químicas prejudiciais ao meio ambiente e originando danos irreparáveis, danos estes que não são cobertos por seguros ambientais, que os considera como risco a parte.

Outra questão que impõe obstáculo na contratação de seguros ambientais é a dificuldade em colocar valores dos bens ambientais, no ar puro, na água potável, entre outros, esse cálculo do prêmio do seguro, ainda não possuem de maneira concreta, variáveis possíveis de prever esse valor. Segundo (SILVA, 2012, p. 306-307), “[...], se realmente a companhia estiver disposta a assegurar os riscos eminentes ecológicos e, portanto, for capaz de averiguar as variáveis anteriores, o importe do prêmio seria descomunal”.

O seguro ambiental ainda enfrenta limitações referentes à cobertura completa dos riscos de contaminação, as deficiências nesse caso ainda influenciam até mesmo na criação de apólices específicas para esse tipo de dano. As limitações temporais também influenciam esse setor, aponta Silva (2012):

Normalmente, as apólices cobrem seguros ocorridos durante sua vigência. Parece evidente que o esquema adotado é inadequado, em razão das dificuldades para determinar o momento em que ocorreu o sinistro: a experiência demonstra que os grandes problemas ambientais são provocados pela contaminação de origem antiga e por danos manifestados no futuro. (SILVA, 2012, p. 313).

Os danos ambientais promovidos por ações anteriores podem interferir na condição para a execução de atividade recente, ocasionando um empecilho na cobertura para danos crônicos ou graduais, tais como identificar o causador do dano devido o lapso temporal.

A efetividade dos seguros ambientais se dá através da junção a outros mecanismos, não bastando apenas a sua utilização para uma proteção ambiental adequada. Pondera a respeito do tema (SILVA, 2012, p. 318) afirma que “[...], os seguros para riscos ambientais também padecem de certas limitações, que impossibilitam a sua adoção isolada como mecanismos de prevenção dos riscos e de reparação integral do dano”.

Ainda há a questão de poucos empresários terem o conhecimento acerca dos benefícios do seguro ambiental, isso também influencia o seu desenvolvimento, a busca por melhores e novos meios de operabilidade e inovações pertinentes. As dificuldades e limitações encontradas nos seguros ambientais, por vezes, afastam a curiosidade de empresários ao menos conhecer os procedimentos, os riscos que são cobertos pelas apólices e que, como em todos os investimentos, o seguro também concentra alguns pontos que ainda deixam a desejar, mas que mesmo assim, proporciona mais aspectos positivos em aderi-lo do que negativos.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVOS GERAIS

Apresentar a importância do seguro para riscos ambientais, verificar as vantagens na sua aplicabilidade e na reparação de dano ambiental e analisar até que ponto o uso desse mecanismo contribui efetivamente para a proteção e reparação do meio ambiente.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar a origem dos seguros até sua forma atual;
- Expor a importância de modo geral dos seguros;
- Apresentar a relevância jurídica do seguro para riscos ambientais;
- Verificar as vantagens do seguro ambiental;
- Apresentar as dificuldades e limitações acerca do seguro ambiental.

5 METODOLOGIA

A referida pesquisa foi realizada através de materiais como monografias, livros, artigos e doutrinas, para a obtenção de forma ampla de informações coerentes para a realização com êxito da mesma, possuindo natureza explicativa. Utilizou para tanto, como técnica de coleta de dados a documentação indireta: sendo esta a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica, por meio de autores que através de suas obras intensificam a aprendizagem, construindo conhecimento, como Silva (2012) e Lanfredi (2007).

Quanto sua abordagem se caracteriza como sendo qualitativa, que proporcionou uma maior amplitude no conhecimento acerca do tema, não somente a quantidade do que se obtém. Nesse sentido, há a necessidade de esclarecer que, para uma análise completa de um determinado assunto deve-se priorizar o processo da investigação da pesquisa.

A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades. Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. (PRODANOV e FREITAS, 2013, p.70).

De acordo com os autores supramencionados, estes consideram que a pesquisa qualitativa possui uma relação entre o mundo real e o sujeito, onde existe um vínculo inseparável entre o objeto e a subjetividade do sujeito, que não pode ser expressa em números, ou seja, esse tipo de pesquisa possui como fonte direta dos dados o próprio ambiente que se investiga.

O método utilizado foi o dedutivo, que é aquele que se inicia do todo, de modo geral e se afunila até um ponto específico, particular. Gil (2008, p. 9), afirma que, “Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.”

(GIL, 2008, p.10), considera que, “o método indutivo procede inversamente ao dedutivo: parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares.” Nesse sentido a pesquisa se inicia do seguro de modo geral, e se afunila até o seguro ambiental, contextualizando o método dedutivo.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O respectivo trabalho buscou consolidar a ideia de que o seguro para riscos ambientais é um mecanismo que pode auxiliar na reparação de danos ambientais, garantindo dessa forma que as empresas se mantenham estruturadas economicamente mesmo havendo a necessidade de reparação de algum dano que possa vir a ser causado por suas atividades, além de propiciar uma maior garantia de reparação ambiental, obtendo grandes vantagens.

Para atingir essa finalidade, realizou-se uma análise da origem e evolução dos seguros de forma geral, os motivos pelos quais levaram ao surgimento do seguro, sua importância e até mesmo necessidade de adesão. Verificou-se que o grande marco inicial do referido tema foi a inserção do capítulo XV no Código Civil de 1916, contendo de maneira expressa as obrigações das partes, contribuindo para impulsionar o desenvolvimento do seguro no Brasil.

Neste sentido, observa-se que Constituição Federal em seu art. 225 ampara o meio ambiente no que se refere a reparação de danos provenientes de ações humanas, enfatizando proteção explícita aos bens de patrimônio nacional, como, por exemplo, a Floresta Amazônica brasileira. Partindo desse instinto de proteção, preservação e a necessidade da utilização de matéria ambiental para suprir as necessidades básicas e econômicas dos indivíduos, foram desenvolvidos meios que ajudam a prevenir e reparar danos causados por essa utilização ambiental, o seguro para riscos ambientais é um deles.

Pondera Silva (2012, p.299) que, o desenvolvimento do seguro, parece estar ligado à tendência de objetivação da responsabilidade, que há tempos marca a evolução do sistema jurídico de tutela do meio ambiente, este se revela como um meio complementar apto para enfrentar as eventualidades da sociedade contemporânea, que se apresenta como sendo uma sociedade de riscos.

O supracitado autor afirma ainda que, no Brasil, o debate somente se iniciou com o advento da Lei nº 6938/81, pois antes não havia legislação ambiental que proporcionasse a disponibilidade desse tipo de seguro. A referida Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), tem como objetivo a preservação e recuperação da qualidade ambiental no sentido de recuperar áreas que foram degradadas e proteger ecossistemas, notadamente descrito em seu art. 2º.

A elaboração do contrato de seguros para riscos ambientais, assim como qualquer outro contrato, deve ser bem claro quanto às suas particularidades. Para Silva (2012, p.311) “O fato gerador da responsabilidade é o dano fortuito ou acidental, pelo qual a seguradora assume a reparação dos danos, até o limite do valor das apólices.” Não é disponibilizado pela seguradora um valor maior do que aquele pago na apólice, por isso a necessidade de se analisar os termos contratuais e fatores de risco.

Vale ressaltar que, o seguro para riscos ambientais atua como um mecanismo de reparação de dano ambiental, proporcionando muitas vantagens econômicas e ambientais, nas palavras de (Silva, 2012, p.301), a garantia do pagamento de indenizações, além de preservar o patrimônio do responsável, gera benefício para todo conjunto social, isso porque conserva os níveis de produção e promove a reparação dos danos.

Por ser apenas um mecanismo auxiliar, o seguro para riscos ambientais possui algumas limitações e dificuldade a depender da extensão do dano, sua prática isolada não oferece uma reparação total, a efetividade dos seguros ambientais se dá através da junção a outros mecanismos.

O presente trabalho é baseado nos entendimentos elaborados e defendidos pela doutrina e lei, baseando-se nas mesmas para apontar que, a utilização do seguro para riscos ambientais como mecanismo de reparação de dano ambiental é eficaz, desde que seja utilizado apenas como mecanismo, não isoladamente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da pesquisa, ficou evidente que, qualquer tipo de seguro propícia suas vantagens, de modo específico para o qual foi contratado, o seguro para riscos ambientais nesse sentido, não é uma exceção, possui em suas particularidades benefícios aos quais viabilizam a contratação, principalmente em atividades econômicas que requerem mais cuidados em sua execução.

A contratação do seguro para riscos ambientais é de suma importância para o desenvolvimento sustentável das atividades econômicas, por se tratar de um instrumento que está apto a minimizar danos ambientais oriundos de algum tipo de atividade, proporcionando para as empresas uma maior segurança econômica devido ao fato de estarem amparadas financeiramente para assumir sua responsabilidade perante um dano ambiental, sem lesar o patrimônio da mesma, ou até mesmo sua falência.

Dessa forma concluiu-se mediante ao estudo realizado que as hipóteses levantadas acerca do tema se confirmam, pois, com a utilização do seguro ambiental para riscos ambientais, a compensação do dano é garantida pelo possuidor da apólice, mediante o pagamento regular desta, além disso, o seguro visa a preservação do patrimônio do segurado. Objetivando que a responsabilidade relacionada às consequências de suas ações no meio ambiente ou a terceiros sejam devidamente reparadas ocorrendo a indenização de maneira otimizada sem causar constrangimentos financeiros ao segurado, e ainda o segurado terá uma capacidade maior de conseguir honrar com sua responsabilidade na ocorrência de um dano ambiental ou a terceiros, não terá prejuízos econômicos exorbitantes.

Quando se trata da eficácia do seguro para riscos ambientais como mecanismo auxiliar à reparação de danos ambientais, deve-se atentar que este funciona apenas como um instrumento que ajuda a minimizar as consequências de um dano causado ao meio ambiente, logo precisa de estar associado a outros para que a reparação venha a ser realizada com êxito.

Ante o exposto, é possível concluir que o seguro ambiental se utilizado adequadamente como um mecanismo auxiliar na reparação de dano ambiental, promove resultados eficientes, no que se refere tanto a preservação do meio ambiente quanto na esfera econômica do segurado, propiciando vantagens financeiras e o cumprimento de sua responsabilidade civil com o ambiente ou terceiro afetado por suas atividades.

Para um melhor aproveitamento do seguro para riscos ambientais deve ser feito um levantamento dos riscos existentes na execução de qualquer atividade econômica, para depois especificar na apólice o tipo de cobertura necessária, principalmente em atividades que requerem muita cautela, além disso, analisar quais outros mecanismos combinados com o seguro para riscos ambientais o tornaria mais eficaz é um meio de ampliar a sua adesão.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, H. F. *Transferência Coletiva de Riscos e Arranjos Produtivos Locais: viabilidade e requisitos*. Teses Cadernos de Seguros. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Seguros, 2008.
- ARRUDA, H. F. *Noções de Atuária*. Santa Catarina. UNIASSELVI, 2017.
- ATHIAS, J. A. N. *Responsabilidade Civil e Meio Ambiente, em Dano Ambiental: prevenção, reparação e repressão*. Coordenador Antônio Herman V. Benjamin, São Paulo: Editora RT, 1993.
- BRASIL. Constituição (1.988), *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Ed. Senado, 1988.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10406/02, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- BRASIL. Presidência da República, Lei nº 6938/81. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 31 ago. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm> Acesso em: 14 nov. 2020.
- BENJAMIN. Herman. *AgInt no Recurso Especial Nº 1.746.275 - SP (2018/0131908-4)*. Agravo Interno interposto contra decisão (fls. 560-567, e-STJ). São Paulo. 2018. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=90947085&num_registro=201801319084&data=20190311&tipo=51&formato=PDF>. Acesso em: 30 mai. 2020.
- COSTA NETO, N. D. de C. e. *Proteção Jurídica do Meio Ambiente*. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2003.
- FIORILLO, C. A.P. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo. Saraiva, 2006.
- GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.
- LANFREDI, G. F. *Política Ambiental: busca de efetividade de seus instrumentos*. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.
- MACHADO, P. A. L. *Direito Ambiental Brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1992.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*, 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SÃO PAULO. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo regimental no agravo em recurso especial. Execução fiscal. Multa ambiental*. Relator Ministro Sérgio Kukina. São Paulo, 30 jun. 2015. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=90947085&num_registro=201801319084&data=20190311&tipo=51&formato=PDF>. Acesso em: 29 maio 2020.

SILVA, D. M. da. *Dano Ambiental e sua reparação*. 1. ed. (ano 2006), 3. reimpr. Curitiba. Juruá, 2012.

SIRVINSKAS, L. P. *Tutela Constitucional do Meio Ambiente*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em: <<http://www.silex.com.br/leis/normas/declaracaorio.htm>>. Acesso em: 28 maio 2020.

SOUZA, S. de. *Seguros: Contabilidade, Atuária e Auditoria*. São Paulo: Saraiva, 2001.

TEIXEIRA, A. de S. *Teoria Geral do Seguro*. Rio de Janeiro: FUNENSEG, 2016.